



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

8º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

VOLTA REDONDA

9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

BARRA DO PIRAÍ

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre as demandas para a desapropriação de bens por utilidade pública ou interesse social, assinale a alternativa correta:

- a) Na Constituição brasileira não há normas sobre desapropriação, sendo tal instituto regulado apenas pelo Decreto-lei no 3365/1941.
- b) O Decreto-lei no 3365/1941, que regulamentava a desapropriação por utilidade pública, não foi recepcionado pela Constituição de 1988, razão pela qual cada Estado fez aprovar uma lei estadual para tratar do tema.
- c) Demonstrada a utilidade pública de um bem privado, o Estado poderá desapropriá-lo, sendo a indenização paga por meio de títulos públicos do Tesouro Nacional, indexados à taxa SELIC.
- d) A Constituição exige justa e prévia indenização para que a Administração Pública possa desapropriar um bem.
- e) A Constituição expressamente dispõe que o pagamento de indenizações pela desapropriação de um bem é uma exceção ao regime de precatórios, sendo nesse sentido, também, a história jurisprudência do STF sobre o tema.

2) Ainda sobre desapropriação, assinale a alternativa correta:

- a) O art. 216 da Constituição dispõe que o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, sendo a desapropriação uma das formas para o alcance de tal finalidade.
- b) A Constituição veda que o Estado desapropriar um bem para o fim de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, cabendo ao Estado, para tal fim, valer-se apenas do instituto do tombamento.
- c) Compete privativamente aos Estados legislador sobre desapropriação.
- d) Compete aos Estados e Municípios, nos termos da Constituição, promover desapropriações para fins de reforma agrária.
- e) A propriedade rural produtiva poderá ser desapropriada para fins de reforma agrária, desde que o bem apresente interesse social.

3) Sobre meio ambiente e saneamento básico, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição não traz qualquer previsão sobre o meio ambiente, cabendo ao IBAMA, por meio de suas portarias, editar as normas necessárias para a preservação desse patrimônio.
- b) Segundo a jurisprudência do STF, compete aos Estados e à União estabelecer a rede de saneamento básico das Regiões Metropolitanas, a exemplo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ante a interconexão de interesses de diversos Municípios.
- c) O legislador constituinte estabeleceu clara separação entre os princípios gerais da atividade econômica e o meio ambiente.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre meio ambiente, sendo certo que poderá delegar tal atribuição, sempre que entender cabível, aos Estados.
- e) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.

4) Sobre o Direito à Saúde, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo a jurisprudência do STF, o direito à saúde previsto na constituição se trata de uma norma programática, razão pela qual não se extrai um direito subjetivo à saúde – oponível ao Poder Público – diretamente das normas constitucionais.
- b) Durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus, o STF reafirmou a sua jurisprudência no sentido de que há competência concorrente entre União, Estados e Municípios para tomar medidas relacionadas à proteção à saúde.
- c) Conforme jurisprudência recentemente fixada pelo STF, compete aos Estados e Municípios a adoção de medidas concernentes à proteção à saúde, cabendo à União tão somente o financiamento das políticas estaduais e municipais.
- d) A Constituição determina que a organização do SUS se pautar pelo princípio da centralização, razão pela qual compete à União Federal primariamente a prestação direta de serviços de saúde.

e) Apenas os trabalhadores contribuintes do INSS fazem jus ao direito à saúde pública.

5) Sobre os servidores públicos, é incorreto afirmar:

- a) A Constituição prevê a fixação de um teto remuneratório para os servidores públicos.
- b) Os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis em qualquer circunstância, sendo essa uma garantia para a atuação independente da burocracia estatal.
- c) É lícita a acumulação de dois cargos de professor ou de um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) Ao servidor público é garantido o direito à livre associação sindical.

6) Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Nos termos da Constituição, o Estado responde pelos atos de seus agentes apenas nos casos de dolo ou fraude devidamente comprovados.
- b) Nos termos da Constituição, o Estado responde pelos atos de seus agentes apenas nos casos de negligência, imprudência ou imperícia devidamente comprovados.
- c) Extrai-se da Constituição que as pessoas jurídicas de direito público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa.
- d) Considerando que as normas constitucionais sobre responsabilidade civil dos entes públicos, o Estado não poderá ser responsabilizado em demanda ajuizada por uma vítima inocente de “bala perdida” disparada em operação da Polícia Civil, se não for comprovada a imprudência ou imperícia do agente, ante o fato de que as atividades de segurança pública são inerentes às funções estatais.
- e) No caso de acidente nuclear em uma usina operada por ente da Administração Pública, se não restar comprovada a negligência ou imperícia de um agente público na operação dos equipamentos, não se configurará hipótese de responsabilização do Estado.

7) Sobre as ações por ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo recente decisão do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo de lei federal que atribua legitimidade exclusiva ao Ministério Público para o ajuizamento de ações por ato de improbidade administrativa.
- b) Segundo o art. 37, § 4º, da Constituição, os atos de improbidade administrativa importarão apenas na suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) Segundo o art. 37, § 4º, da Constituição, é vedada a responsabilização, pelos mesmos fatos, na esfera penal e por improbidade administrativa, sob pena de violação ao princípio do *ne bis in idem*.
- d) Segundo o STF, prescreve em três anos a ação de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos dolosos por improbidade administrativa.
- e) Segundo o STF, prescreve em cinco anos a ação de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos dolosos por improbidade administrativa.

8) Sobre a forma de organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Com a Constituição de 1988, o Brasil adotou a forma unitária de Estado, cabendo a um ente público unitário – o Governo Federal – o exercício das atividades administrativas.
- b) Com a Constituição de 1988, o Brasil adotou pela primeira vez em sua história o federalismo como forma de Estado.
- c) A forma federativa do Estado brasileiro é considerada uma cláusula pétrea, não podendo ser objeto de emenda constitucional, portanto, uma proposta que tenda a substituir o federalismo por outra forma de Estado.
- d) A República Federativa do Brasil é composta pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, não sendo os Municípios entes federativos.
- e) Somente Presidentes da República podem sofrer processos de impeachment por eventuais crimes de responsabilidade que venham a cometer.

9) Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição assegura como direito fundamental o direito a ter e portar armas de fogo, para a segurança pessoal e da família, não podendo ser restringido por legislação infraconstitucional.
- b) A Constituição afirma que deve ser reconhecida por lei a união estável entre homem e mulher, razão pela qual a jurisprudência do STF é firme em negar a possibilidade de casamento ou de união estável entre pessoas de mesmo gênero.
- c) A Constituição assegura o direito à reunião pacífica, ainda que com porte de armas, em locais abertos ao público, desde que em tempos de paz.
- d) A Constituição prevê o instituto do mandado de segurança, que será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) Segundo a constituição, ninguém poderá ser preso, em nenhuma hipótese, senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.

10) Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Defensoria Pública, o Ministério Público, os Partidos Políticos e as organizações sindicais com representação nacional poderão ajuizar ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- b) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) O *habeas-data* será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) O *habeas-corpus* será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, entre outros, por partido político com representação no Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL

11) Considere a seguinte situação hipotética:

João, na qualidade de vendedor, e José, na qualidade de comprador, celebram contrato de compra e venda de imóvel, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), valor idêntico ao valor venal considerado para fins tributários, por meio de instrumento particular. Sobre a situação, está correta a seguinte afirmativa:

- a) O negócio jurídico é inexistente.
- b) O negócio jurídico é inválido.
- c) O negócio jurídico não possui vícios.
- d) O negócio jurídico é ineficaz com relação a terceiros.
- e) O negócio jurídico é ineficaz perante o Estado.

12) O prazo prescricional estabelecido pelo Dec. 20.910/32 para as dívidas em geral contra a Fazenda Pública é de:

- a) 10 anos
- b) 20 anos
- c) 3 anos

- d) 5 anos
- e) 2 anos

13) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, são qualificados pelo Código Civil como negócios praticados em:

- a) Consonância com a legalidade
- b) Erro
- c) Lesão
- d) Fraude contra credores
- e) Dolo

14) Dentre as alternativas abaixo, escolha a que traz o conceito de empresário consagrado pelo Código Civil de 2002.

- a) Pessoa jurídica que exerce atividade caracterizada por atos de comércio enumerados em lei.
- b) O administrador de pessoa jurídica, desde que dela seja sócio.
- c) Pessoa natural que exerce individualmente atividade econômica para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) O administrador de pessoa jurídica, seja ou não sócio.
- e) Pessoa jurídica ou natural que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

15) João firmou contrato com a loja “ABC” em 19/07/2022, comprometendo-se a pagar R\$1.000,00 (mil reais) por um sofá, que seria entregue em 19/08/2022. O pagamento se daria em espécie, sendo a primeira metade no momento da contratação e a outra metade no momento da entrega. João adimpliu a primeira parcela. No dia da entrega, a loja “ABC” não cumpre com a sua obrigação contratual, deixando de entregar o sofá. Na semana seguinte, a loja “ABC” envia notificação de cobrança a João, com juros e correção, afirmando que o sofá seria entregue meses depois, mas que João se comprometera a pagar em data certa, estando em mora com sua obrigação. Sobre o narrado:

- a) Tem razão a loja “ABC”, pois sua mora é relativa, assim como a de João.
- b) Não tem razão a loja “ABC”, pois a João assiste a exceção do contrato não cumprido.
- c) Tem razão a loja “ABC”, pois houve novação.
- d) Não tem razão a loja “ABC”, pois juros e correção, no caso em questão, só correrão da notificação de João.
- e) Tem razão a loja “ABC”, mas a mora de João lhe ensejaria também responsabilidade por perdas e danos.

16) A respeito da desconsideração de personalidade jurídica, está incorreta a afirmativa:

- a) A existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.
- b) A identidade de sócios entre duas sociedades, por si só, não enseja a desconsideração da personalidade jurídica para atingir todo o grupo econômico.
- c) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) O cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa não enseja confusão patrimonial.
- e) A desconsideração inversa da personalidade jurídica consiste na superação da separação patrimonial entre sócio e sociedade, alcançando-se bens em nome do sócio para satisfazer credores da sociedade.

17) Sobre as perdas e danos, está incorreta a seguinte afirmativa:

- a) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- b) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.

- c) As perdas e danos, nas obrigações de pagamento em dinheiro, serão pagas com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, sem prejuízo da pena convencional.
- d) As perdas e danos, quando ensejadas por inadimplemento contratual, têm natureza estritamente patrimonial, não abrangendo os danos morais.
- e) Nos ilícitos contratuais, em regra, os juros são contados da citação.

18) Sobre a teoria geral dos contratos, é correto afirmar:

- a) Somente em contratos não paritários, os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- b) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente, desde que este seja hipossuficiente.
- c) É lícito às partes estipular contratos atípicos.
- d) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva, desde que esta concorde com a avença.
- e) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada por estas, mas não vincula, em nenhuma medida, o juiz.

19) Um prédio de propriedade do Estado do Rio de Janeiro passará por reformas. Em razão de sua importância para o patrimônio histórico-cultural, as janelas não serão substituídas, mas apenas retiradas para restauro e posterior re colocação. Referidas janelas são consideradas, do ponto de vista legal:

- a) Bens imóveis
- b) Pertenças
- c) Bens fungíveis
- d) Bens particulares
- e) Bens móveis

20) A respeito da solidariedade passiva, está correta a seguinte afirmação:

- a) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, considera-se não realizado.
- b) Importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários.
- c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.
- d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, respondendo todos, inclusive, pelas perdas e danos.
- e) A solidariedade é presumível quando haja relações comerciais frequentes entre dois devedores de uma mesma obrigação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) A respeito dos princípios do contraditório e da ampla defesa, assinale a alternativa incorreta:

- a) O contraditório e a ampla defesa são garantias processuais expressamente previstas na Constituição;
- b) O contraditório e a ampla defesa são assegurados a todos os litigantes, em processos judiciais ou administrativos;
- c) O exercício do contraditório compreende tanto a informação acerca do ato processual, quanto a possibilidade de reação;
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício;
- e) a concessão de tutelas provisórias de urgência viola os princípios do contraditório e da ampla defesa.

22) Assinale a alternativa correta a respeito das normas processuais:

- a) As normas processuais estrangeiras disciplinam, como regra, o exercício da jurisdição no Brasil;

- b) As normas do Código de Processo Civil jamais poderão ser aplicadas aos processos trabalhistas, ainda que supletiva e subsidiariamente;
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos praticados e as situações consolidadas;
- d) Nunca é possível a interpretação das normas processuais;
- e) Ao juiz sempre é facultado decidir de acordo com a equidade, ainda que não haja previsão em lei.

23) No que diz respeito à competência, assinale a alternativa incorreta:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como preliminar da contestação;
- b) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente;
- c) Como regra, é competente o foro de domicílio do réu, para causas em que seja autor o Estado ou o Distrito Federal;
- d) Não há distinção entre incompetência absoluta e incompetência relativa;
- e) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente;

24) São elementos da ação, que revelam a sua identidade em relação a outra, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) partes, pedido e causa de pedir;
- b) citação, perempção e competência;
- c) legitimidade, caução e convenção de arbitragem;
- d) competência, petição inicial e valor da causa;
- e) nenhuma das anteriores;

25) A respeito dos auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O escrivão, o perito e o oficial de justiça jamais serão responsabilizados por seus atos, ainda que causem prejuízo doloso à parte, com a prática de atos nulos;
- b) O perito será nomeado quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;
- c) O perito poderá ser qualquer pessoa de confiança do juiz, ainda que não possua a necessária habilitação profissional e mesmo que não tenha qualquer conhecimento necessário à realização da perícia;
- d) O oficial de justiça poderá, em qualquer hipótese, delegar as suas incumbências a qualquer um do povo, sem anuência ou autorização do juiz;
- e) O escrivão poderá proferir sentença, na ausência eventual do juiz.

26) Os sujeitos que integram a relação jurídica processual, de natureza triádica, são:

- a) juiz, perito e autor;
- b) autor, réu e escrivão;
- c) autor, réu e juiz;
- d) autor, réu e Procurador do Estado;
- e) autor, réu e perito.

27) Observe os institutos abaixo elencados:

I – Assistência;

II – *Amicus curiae*;

III – Denúnciação da lide;

IV – Chamamento ao processo.

Agora assinale a alternativa correta:

- a) Todas as opções correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- b) Somente as opções I e II correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- c) Somente as opções I, II e III correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- d) Somente as opções II e IV correspondem a formas de intervenção de terceiros;
- e) Somente as opções II, III e IV correspondem a formas de intervenção de terceiros.

28) Em uma ação que tramita pelo procedimento comum, o Estado, único réu, deve oferecer sua contestação no prazo de:

- a) 10 (dez) dias;
- b) 15 (quinze) dias;
- c) 20 (vinte) dias;
- d) 30 (trinta) dias;
- e) 60 (sessenta) dias.

29) Sobre a Teoria Geral dos Recursos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente podem ser interpostos os recursos cabíveis, previstos em lei;
- b) O recurso nunca pode ser interposto pelo terceiro prejudicado, em nenhuma hipótese;
- c) A parte que aceitar a decisão não poderá dela recorrer;
- d) O Estado é dispensado da realização de preparo;
- e) O recurso deve ser interposto no prazo previsto em lei, sob pena de não conhecimento.

30) Observe as seguintes proposições:

I – processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade, contra lei ou ato normativo federal ou estadual, questionado em face da Constituição Federal;

II – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal;

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

IV – processar e julgar, originariamente, as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente.

Inserem-se na competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) as alternativas I e III;
- b) as alternativas I e IV;
- c) as alternativas II e III;
- d) as alternativas II e IV;
- e) as alternativas I e II.